

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai debater em audiência pública (a ser marcada) a resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que permitiu aos planos de saúde cobrarem dos clientes até 40% do valor dos procedimentos realizados. Uma decisão provisória da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, suspendeu as novas regras de franquia e coparticipação dos segurados. Cármen Lúcia argumentou que as mudanças prejudicam milhões de usuários e não foram analisadas pelo Congresso Nacional. A senadora Marta Suplicy (MDB-SP) disse que os parlamentares devem rever a resolução da ANS. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) considera a cobrança abusiva. A decisão liminar deve ser analisada pelo relator do processo no STF, ministro Celso de Mello, e, em seguida, pelo Plenário da Corte.

Fonte: Senado Notícias, em 19.07.2018.